



CONSIDERAÇÕES SOBRE O FLUXO HISTÓRICO

Marcelo Affonso Monteiro

O que é o fluxo histórico? Haverá nele um determinismo intrínseco? Haverá um evento final? Ou será a História uma sucessão de ciclos que se repetem sempre?

Neste artigo, o autor apresenta um ensaio, extraído de sua tese de mestrado, em que procura, com argumentação séria e bem documentada, responder a essa e outras indagações.

Jovem engenheiro metalúrgico e mestre em Engenharia de Produção recém-formado, em sua argumentação ele se contrapõe, fundamentalmente, à teoria marxista, desmentindo aqueles que, sugesticnados com o ativismo barulhento das minorias, acreditam estar a juventude brasileira irremediavelmente dominada pelo marxismo.

Analizada sem maior rigor, a História parece assumir a forma de um fluxo de acontecimentos desconexos e de difícil interpretação.

O que é o fluxo histórico? Haverá nele um determinismo intrínseco? Haverá um evento final? Ou será a História uma sucessão de ciclos que se repetem? E quanto aos grandes personagens históricos, será verdadeira, ou apenas lendária, sua influência sobre a época em que viveram?

Os homens sempre se fizeram essas perguntas. Embora

não seja possível respondê-las de forma definitiva, o presente artigo visa a firmar algumas posições em relação a elas.

A idéia da existência de um determinismo histórico foi defendida vigorosamente por pensadores de renome, como Comte e Marx; o primeiro, de forma inconsistente e incapaz de resistir a um exame lógico; o segundo dentro de um arcabouço mais sólido, conquanto também destrutível. Tratar-se-á aqui, apenas, deste último.

O núcleo da teoria marxista reside no materialismo histórico,

um conceito de grande fragilidade. Seu pressuposto básico é a idéia de ser a luta de classes (que, dentro da concepção marxista, apareceria como consequência inevitável do estabelecimento de um determinado conjunto de relações de produção) a força motriz do fluxo histórico. É evidente que vários eventos históricos se verificaram, em maior ou menor grau, dentro do contexto da dialética da luta de classes. No entanto, trata-se apenas de um entre vários fatores capazes de intervir decisivamente no curso da História. A cada momento histórico, um ou mais desses fatores (luta de classes, questões religiosas, feitos militares, ação de indivíduos isolados etc.) sobrepuja os demais na ação de condicionar os fatos subseqüentes. A luta de classes, portanto, não apresenta qualquer particularidade intrínseca, que a eleve à condição de carro-chefe da procissão histórica, sendo conveniente citar alguns eventos históricos de importância indiscutível ligados, quase que exclusivamente, a fatos quase distintos dela.

O Império Romano do Ocidente caiu abruptamente e precipitou a Europa naquela que viria a ser chamada "Idade das Trevas". Quais os motivos de sua queda? Contradições intrínsecas de um sistema de produção escravocrata, oposição entre escravos e homens livres, dirão os marxistas ortodoxos. Não exatamente. Oposição e conflito

sim, mas de etnias, não de classes.

Conforme argumentação de Darcy Ribeiro (ver (10) p. 117-121), o Império Romano ruiu face à desagregação étnica que o desestruturou e estagnou sua dinâmica interna. O processo seguiu, par e passo, o crescimento do sistema escravocrata romano. Esse sistema introduziu, no Império, um sem-número de etnias que aprenderam, gradativamente, a odiar, não o homem livre nem o proprietário de escravos, mas o cidadão romano, qualquer que fosse sua ocupação. Tratava-se, portanto, de um conflito étnico, não de uma luta de classes. O ideal das rebeliões de escravos não era constituído pela destruição do sistema escravocrata romano, mas pela destruição da própria Roma. É relevante lembrar que os guerreiros de Espártaco divertiam-se fazendo os cidadãos romanos lutarem entre si até a morte, exatamente como nas arenas das quais aqueles guerreiros haviam saído.

Não paravam aí os conflitos étnicos dentro do Império Romano. Suas legiões impuseram, pela força, o domínio sobre povos e culturas os mais diversos, fortalecendo etnias sob a bandeira do ódio ao opressor. Assim é que, no auge da sua grandeza, o Império se apresentava corroído internamente, abrigando em seu âmago etnias fortalecidas e ansiosas pelo primeiro sinal de fraqueza.

Somou-se, a esse quadro, a ação de tribos de guerreiros nômades de origens distintas, denominados, em conjunto, de "bárbaros" pelos romanos. Essas tribos, fruto de uma alteração da prática nômade, que antecedeu o aparecimento das grandes civilizações sedentárias, no sentido de acrescentar, à antes exclusiva atividade econômica do pastoreio, a ação de pilhagem e tendo, na prática guerreira (fundamentada essencialmente na cavalaria), o seu *modus vivendi*, destroçaram definitivamente o Império já desestruturado internamente. Assim, esses grupos étnicos fortemente individualizados, cuja menção aterrorizava os romanos, como os visigodos de Alarico, os hunos de Atila, os vândalos de Genserico e outros tantos, deram cabo de um Império que já agonizava.

O exemplo citado, em que um evento histórico que seria tratado pelo marxismo como luta de classes é, em realidade, um conflito étnico, não é único e pode ser observado, inclusive, no mundo contemporâneo, como o atestam as contradições étnicas da União Soviética, os conflitos do Oriente Médio, a questão racial da África do Sul, a questão dos bascos na Espanha, as guerras do Vietnã e do Afeganistão (nas quais as diferenças étnico-culturais dos invasores, em relação à população local, foram, no primeiro caso, e são, no segundo, motivo de acirramento da capacidade de resis-

tência do país invadido) os conflitos étnico-religiosos do Irã e da Índia e, sobretudo, a oposição étnico-ideológica estabelecida pelos países cênicos da economia capitalista, entre seus próprios habitantes e os dos países subdesenvolvidos, apontados como incapazes de exercer o livre arbítrio e dispensar qualquer tipo de tutela.

O marxismo costuma, ainda, reduzir as questões religiosas a disfarces ideológicos, sob os quais, às vezes, é oportuno mascarar a luta de classes. Mais um vez, o recurso à análise histórica revela a inconsistência de semelhante concepção, quando se analisa o fenômeno islâmico.

Instituída por Maomé no início do século VII, a religião muçulmana deu origem à maior cruzada religiosa de todos os tempos. Acreditando levar, no fio de suas cimitarras, a vontade e a glória de Alá, hordas de guerreiros árabes lançaram-se à missão, para eles divina, de converter todos os povos à doutrina de seu profeta.

Desprovidos do horror à morte tão caro aos ocidentais, esses guerreiros estabeleceram o maior império já visto até então, o qual, mesmo congregando várias etnias distintas, não se revelou efêmero, uma vez que o mantinha unido talvez a religião de maior poder de mobilização de massas já criada. Essa religião, impregnada por seu espírito de guerra santa, ainda em nossos dias se revela capaz de

intervir decisivamente no fluxo histórico, como o revelam os conflitos árabe-israelenses e, acima de tudo, a Revolução Iraniana, na qual a mensagem do Alcorão conseguiu derrubar todo o legado da poderosa civilização industrial edificada no Ocidente.

O fenômeno islâmico constitui o mais formidável evento no qual a religião toma a frente de todos os outros fatores intervenientes no fluxo histórico, por mais que isso se choque com a interpretação marxista da História.

Há um outro fator, contudo, que freqüentemente é relegado à total desconsideração por parte dos historiadores influenciados pelo pensamento marxista: o fator militar. É muito comum descartar-se a possibilidade de o resultado de batalhas ser capaz de determinar as características de décadas ou, até, séculos de História, como exemplificado pelas batalhas de Arbelas (331 a.C) e Poitiers (732 d.C).

Na planície de Arbelas, Alexandre Magno travou, à testa de cerca de 35.000 homens, uma batalha desigual contra um milhão de persas liderados por Dario III, logrando, apesar de grande desigualdade numérica, a obtenção de uma vitória retumbante. O resultado dessa batalha representou a aniquilação de um império de dois séculos de existência e a constituição de uma formação cultural na Ásia, resultante da fusão de elementos gregos e orientais. Essa formação cultural, o helenismo, perdu-

rou por três séculos em solo asiático tendo, como contraponto político, os Estados originados da divisão do colossal império alexandrino, os quais foram, ao término desse período, assimilados pelo Império Romano.

Em resumo, o resultado de uma batalha encerrou um processo histórico de dois séculos e lançou as bases de outro, que haveria de se estender por três séculos.

Em Poitiers, no ano de 732, os francos, liderados por Carlos Martel, avô de Carlos Magno, venceram o califa árabe e impediram que a guerra santa dos herdeiros de Maomé muçulmanizasse a Europa — o que teria inevitavelmente gerado um mundo bem distinto deste que conhecemos, cujas bases foram estabelecidas na Europa cristã.

Uma outra discussão relevante, dentro do assunto em questão, é a do papel do indivíduo isolado na História. Para o marxismo, os grandes personagens históricos nada mais são do que fantoches das contradições inerentes aos sistemas produtivos ou, em última análise, da luta de classes. Isso significa dizer que, para o marxismo, a História teria seguido o mesmo curso ainda que homens como Alexandre Magno, Júlio César, Átila, Genghis Khan, Napoleão e Bismarck não tivessem nascido. Outros teriam sido forçados pelas circunstâncias históricas (ou pela dialética da luta de classes) a tomar as mesmas decisões tomadas por eles.

Mas será possível acreditar nisso? Não seria preciso um gênio militar para pôr fim ao Império persa depois de apenas três batalhas campais (Granico, Isso e Arbelas), numa situação de grande inferioridade numérica? E será que qualquer homem teria levado a França, finda a Revolução Francesa, a sustentar, durante quinze anos, uma guerra contra todo o continente europeu e, acima de tudo, contra o poder econômico da Inglaterra do início do século XIX? Não teria esse homem, não fosse ele Napoleão Bonaparte, um gênio da estratégia, levado a França à ruína militar em poucos meses? E não seriam necessários atributos guerreiros de rara ocorrência para que dois chefes bárbaros, Átila e Genghis Khan, em épocas diferentes, construísem, apoiados na força de sua cavalaria, os mais vastos impérios de seu tempo, transformando tribos de guerreiros nômades em força militar superior, respectivamente, à das brilhantes civilizações romana e chinesa? E o que dizer da influência que tiveram sobre o mundo as palavras de Buda, Jesus Cristo e Maomé? Como negar que centenas de milhões de pessoas no mundo de hoje vivem com suas consciências atreladas às mensagens desses homens? Como admitir que o mundo seria o mesmo ainda que tais mensagens não se tivessem alastrado?

A verdade é que a História é fruto da ação humana, que mui-

tas vezes se apresenta como o somatório das ações de gigantes massas humanas, mas que, às vezes, assume a forma de decisões tomadas por indivíduos isolados. É evidente que, para que uma decisão possa alterar o curso da História, aquele que a toma tem que estar à testa das circunstâncias. Napoleão só ascendeu ao poder porque a situação política na França se mostrava extremamente propícia à emergência de um ditador. Da mesma forma, Alexandre Magno só pôde construir seu vasto império, por ter herdado de seu pai, Filipe, uma Macedônia militarmente forte e no exercício de uma liderança incontestável sobre toda a Grécia.

Esses exemplos atestam que o grande personagem histórico só aparece quando as circunstâncias o permitem. Essa é uma condição certamente necessária; contudo, não é suficiente. A ela deve ser somado o valor pessoal do indivíduo. Vários imperadores romanos, presumivelmente os homens mais poderosos do hemisfério em sua época, por não possuírem tal qualidade, em nada contribuíram para provocar qualquer alteração no contexto histórico em que viveram.

O fenômeno do grande personagem histórico é, portanto, uma feliz conjunção da oportunidade com a capacidade. A primeira o coloca na condição de candidato a protagonista do fluxo histórico e, a segunda, lhe permite levar adiante tal proeza.

É claro que é necessário relativizar essa concepção. Há muitos eventos históricos que se apresentam exclusivamente como fenômenos de massas, como as Revoluções Comercial e Industrial. Além disso, há vários personagens históricos que se notabilizaram por ações que, contrariamente às de um Átila ou Alexandre Magno, foram determinadas pela turbulência das circunstâncias históricas ao seu redor. Há efetivamente, portanto, os casos em que aproximadamente as mesmas decisões teriam sido tomadas por quaisquer indivíduos que estivessem ocupando uma determinada posição de destaque na História, visto terem sido tais decisões tomadas, em meio a um contexto que as determinava.

É o caso dos líderes da Revolução Francesa, incapazes de controlar o jogo das forças históricas ao seu redor, o que os torna menores, diante daqueles que conseguem compreender o momento histórico que atravessam e, uma vez bafejados pela sorte de ascender a uma posição de relevo, manipulam os fatores históricos que os cercam, de modo a torná-los úteis à materialização de seus próprios ideais e aspirações.

A respeito do papel do indivíduo na História, Marx é a negação de Marx. Sua obra influenciou o pensamento socialista e os movimentos políticos nele inspirados, em maior grau do que as próprias contradições de classe da sociedade capita-

lista, as quais deveriam, para ele, ser a verdadeira fonte de tais transformações. Sem Marx, não é possível conceber a figura histórica de Lênin, cuja ação foi absolutamente indispensável à viabilização da revolução que gerou a União Soviética.

Isso significa que as biografias desses dois homens os colocam na condição de indivíduos isolados que fizeram História, possibilidade negada pelo materialismo histórico proposto pelo primeiro e assimilado pelo segundo.

O determinismo contido no materialismo histórico pode ser enunciado como se segue: as contradições internas da sociedade burguesa levariam à tomada de uma consciência de classe por parte do proletariado, que cumpriria, assim, sua missão histórica de destruir aquela sociedade e edificar, progressivamente, a chamada ditadura do proletariado, a que se seguiria a utópica sociedade sem classes e sem Estado.

A História se encarregou de demolir tais previsões. A Revolução Russa de 1917 representou, de fato, o estabelecimento de um regime político que poderia ser considerado como uma ditadura do proletariado, instalada menos como consequência das contradições de classe da sociedade czarista e mais em função da capacidade de liderança de Lênin e da ação dos mecanismos de repressão por ele criados.

Contudo, a fase seguinte - a

sociedade sem classes – jamais foi alcançada (nem o será). O acaso histórico, uma vez mais, uniu a capacidade à oportunidade, e fez com que, após a morte de Lênin, Stálin assumisse o poder na União Soviética, eliminando seus opositores e transformando-se em ditador. O antigo mecanismo de repressão utilizado pelo Estado burguês, que, de acordo com o marxismo-leninismo, deveria ser mantido apenas durante a fase da ditadura do proletariado, sendo suprimido em seguida, não apenas foi mantido por ele, como também intensificado extraordinariamente. O controle do aparelho estatal, tal como nos tempos do czarismo, voltou a ser exercido por uma minoria, agora representada pela burocracia do Partido Comunista e pelos integrantes dos órgãos de repressão, situação que se mantém até os dias de hoje. A antiga ditadura do proletariado da época de Lênin representa um passado morto e enterrado na União Soviética, um país altamente burocratizado e militarizado que substituiu, desde os tempos de Stálin, o antigo ideal de luta contra a sociedade burguesa pela competição geopolítica com os Estados Unidos, visando à obtenção da hegemonia mundial.

Do que foi dito, depreende-se que o marxismo, embora pretensamente científico é, acima de tudo, uma ideologia, e talvez, até mais do que isto. Arnold Toynbee aponta (ver (11) p. 697) o marxismo como a quarta reli-

gião do tipo judaico, seguindo-se ao judaísmo, cristianismo e islamismo. Toynbee considera que, no marxismo, teoricamente ateu, o correspondente a lavé, o deus do judaísmo, seria a "necessidade histórica", enquanto que o "povo escolhido" seria o proletariado industrial (aliás, é interessante verificar que, à época de Marx – e ainda hoje –, o campesinato era, em termos mundiais, não apenas mais numeroso como mais empobrecido que o proletariado industrial; no entanto, o primeiro foi preterido pelo segundo na hierarquia de preocupações de Marx). Ao quadro descrito por Toynbee, poder-se-ia incluir o materialismo histórico como dogma de fé fundamental da religião marxista e o próprio Marx como o seu grande profeta (secundado por Lênin).

As concepções determinísticas da História unidirecionalizam o tempo histórico e, assim, diferenciam, mais do que cronologicamente, o presente, o passado e o futuro. O passado é analisado a partir de um futuro, supostamente predeterminado, e o presente é, freqüentemente, apontado como o limiar da grande arrancada em direção a esse futuro que, via de regra, corresponde à materialização de uma grande utopia: a sociedade sem classes, o fim das guerras, da fome e da miséria, como consequência do desenvolvimento tecnológico, o mundo sem fronteiras nacionais etc.

É evidente contudo, que existe um grande equívoco nestas concepções. Todo passado já foi futuro, assim como todo presente e futuro transformar-se-ão em passado. Não pode haver qualquer diferença entre eles que não tenha um caráter estritamente cronológico.

A História não comporta o determinismo, pois é constituída por eventos de natureza probabilística. Cada momento histórico se reveste de um conjunto de potencialidades, cada uma das quais associada a uma dada probabilidade de vir a se cristalizar no momento histórico subsequente.

Mediante essa visão, elimina-se a diferenciação artificial que as concepções determinísticas impunham ao tempo histórico. Ou seja, para um dado presente, não há um futuro predeterminado, assim como o presente não estava totalmente predeterminado pelas condições do passado. Em cada momento histórico, uma análise rigorosa permitirá avaliar qual o momento posterior mais provável, e é este o máximo a que se pode chegar.

Esta análise, contudo, leva a um dilema insolúvel: o evento mais provável pode não ocorrer. A batalha pode ser ganha pelo exército mais fraco (como no já citado exemplo da batalha de Arbela), a revolução pode ser comprometida pela morte repentina de seu líder carismático, e assim por diante.

Contudo, persiste o fato de

que certas tentativas de intervenção no fluxo histórico têm maior probabilidade de frutificar do que outras. Aquele(s) que sabe(m) estimar melhor as probabilidades envolvidas tem, diante de si, maiores possibilidades de contribuir para a configuração de um determinado futuro, uma vez que adquira(m) a condição de executar as medidas que tiverem sido planejadas. Portanto, a intervenção consciente no fluxo histórico pressupõe o exercício do poder, pois este possibilita um certo controle das variáveis em questão, aumentando a probabilidade de a tentativa de intervenção revelar-se efetiva. É claro que o fluxo histórico pode ser alterado até mesmo por um livro (o que dizer da Bíblia e do Alcorão ou da obra de Voltaire, a qual serviu de inspiração à Revolução Francesa?). Mas o impacto de qualquer livro é muito mais difícil de ser previsto e controlado do que os resultados de uma medida da caráter interno em um país como a União soviética, por exemplo.

A História é cíclica, como acreditavam os gregos? Sem dúvida; parece haver eventos históricos que se repetem, como a ascensão e queda de sistemas multinacionais de dominação. Uma análise mais apurada, no entanto, revelaria tratar-se apenas de semelhanças e não de coincidências. Conquanto apresentem pontos de contato, suas especificidades (garantidas pelo simples distanciamento no tem-

po) bastam para tornar os eventos históricos diferentes entre si. O evento histórico é único e irreprodutível, a própria definição de singularidade, e a História é uma sucessão de épocas distintas. Assim, a História não se repete, ainda que qualquer período histórico possa apresentar algumas (mas não todas) estruturas que se tenham originado em um período anterior e se tenham mantido inalteradas.

É rigorosamente legítimo, no transcurso da investigação histórica, proceder a indagações segundo a fórmula geral "o que provavelmente teria ocorrido se..." Por exemplo, o que provavelmente teria ocorrido com o Império Romano, se César tivesse sido batido por Pompeu na batalha de Farsália, ou com a Inglaterra, se a invencível Armada não tivesse sido destruída por uma tempestade. Esse método de investigação foi prescrito por pensadores de peso, como Max Weber e Clausewitz, o filósofo da guerra.

Além disso, a análise histórica deve procurar compreender as características de cada momento histórico e os fatores nela presentes capazes de alterar o momento histórico subsequente, bem como estimar quais seriam os eventos mais prováveis que se poderiam suceder a um momento histórico específico.

Ocorrê que a estimativa das probabilidades associadas a esses eventos variará conforme o pesquisador. Esse fato, aliado à

eventual ocorrência de eventos de baixa probabilidade, retira da História, enquanto disciplina acadêmica, a condição de ciência, pelo menos na acepção ortodoxa do termo. Ela não pode utilizar a experimentação, sua capacidade preditiva reduz-se a um cálculo de probabilidades e seus conceitos não podem ser universalizados, uma vez que variam conforme o analista.

Os fatos históricos podem ser descritos objetivamente, desde que se disponha de documentação farta e digna de crédito. Não podem, contudo, ser interpretados e previstos senão de forma especulativa, o que poderia ser estendido à totalidade do conhecimento procedente das Ciências Sociais, que se distinguem significativamente das Ciências Naturais na medida em que, nestas, o conceito de verdade é tornado menos relativo, pelo recurso à experimentação (desde que este recurso não interfira em demasia no fenômeno observado) e pela freqüente utilização da linguagem unificadora e precisa da Matemática, capaz de produzir resultados muito mais universais em termos de credibilidade, do que a manipulação de signos verbais empregados pelas Ciências Sociais no seu processo de autoconstrução.

A universalidade das Ciências Naturais traduz-se na unicidade do conhecimento que delas advém. Assim, só há uma Termodinâmica ou uma Astrofísica, mas há várias Filosofias da História, bem como várias

Sociologias. Mesmo no caso da Mecânica Quântica, que foge da ortodoxia científica, na medida em que seu objeto de estudo é probabilístico, e não determinístico (a Ciência ortodoxa tem como pressuposto metafísico a existência de um Universo regido por leis regulares e imutáveis, portanto determinístico), e na medida em que a experimentação aplicada aos fenômenos por ela estudados sempre altera os próprios fenômenos, a unicidade permanece: só existe uma Mecânica Quântica.

Ao longo do desenvolvimento histórico da civilização humana, ocorreram três rupturas fundamentais – porque desencadeadoras de modificações significativas que se fizeram sentir em todo o planeta. A primeira ruptura é constituída pelo estabelecimento das primeiras populações sedentárias (com a concomitante conversão do nomadismo pastoril em um nomadismo de pilhagem), tendo na agricultura a sua principal atividade econômica. A segunda ruptura corresponde à Revolução Industrial, processo histórico que varreu – imposto pela força ou não – a face do planeta, desestruturando e moldando à sua feição contextos sócio-político – econômico-culturais preexistentes.

Até aqui, trata-se de rupturas clássicas. Há, contudo, uma terceira ruptura fundamental, caracterizada pelo aparecimento de armas nucleares em dois blocos geopolíticos em conflito

pela hegemonia mundial. Pela primeira vez, desde o seu aparecimento, a espécie humana adquire a condição de extinguir a si mesma.

A ruptura correspondente à Revolução Industrial se presta, sobremaneira, à discussão da possibilidade de processos históricos se apresentarem sob a forma de reações em cadeia. Isto porque a Revolução Industrial parece inaugurar um período em que a História transformou-se em um mecanismo automático, deixando de ser feita pelos homens.

A quem encarar a Revolução Industrial sem muito cuidado, ela se apresentará sob a forma de um movimento determinístico, capaz de engolir os homens e suas instituições, em meio ao desenvolvimento e expansão do sistema capitalista-industrial e à explosão do progresso técnico deles decorrentes. Como resultado desse movimento, teria emergido um mundo em que os líderes, mais do que nunca (excetuando-se, naturalmente, a decisão potencial quanto à eclosão da guerra nuclear), parecem ser controlados por forças invisíveis.

É claro, contudo, que esse processo histórico resulta de forças humanas, já que o capital, a técnica e o progresso não possuem vontade própria e são, na realidade, categorias conceituais que se referem a atividades humanas. A única forma de conciliar essa idéia com o aparente automatismo, a descarac-

terização da importância dos líderes e outras diretrizes que passaram a nortear o fluxo dos acontecimentos históricos após a Revolução Industrial é conceber esta última dentro de um modelo de reação em cadeia, como já foi dito.

Trata-se de um processo histórico universalizante, caracterizado pelo aparecimento, na Europa e nos Estados Unidos (país no qual ela assumiu a sua expressão máxima), de um embrião capital-indústria que proporcionou a essas nações um grande acúmulo de poder político, econômico e militar. O embrião, contudo, não poderia sobreviver sem expandir-se continuamente, pois a estagnação do sistema criado significaria a sua morte. Necessidades antes inexistentes haviam sido criadas, como a de ter por mercado quase que a totalidade do planeta. O grande poder militar gerado pelo fenômeno capitalista-industrial acabou fornecendo a primeira solução: a África e a Ásia foram transformadas, pela força, em mercados consumidores de produtos industrializados.

Décadas mais tarde, quando a manutenção do colonialismo se mostrava material e, principalmente, politicamente desgastante, o sistema assumiu a configuração de dicotomia estrutural países ricos/países pobres — o conflito Norte-Sul.

Toda a tendência universalizante surgida com a Revolução Industrial constitui uma superestrutura que é imposta a um

mundo cheio de diversidades culturais, étnicas, sociais, políticas etc. Essas diversidades se mantêm vivas e atuantes, chegando algumas vezes a sobrepujar, como no já citado exemplo da Revolução Iraniana, a avalanche civilizatória que é movida de forma exógena no sentido de sufocá-las.

Na verdade, a assim chamada "humanidade" é uma colcha de retalhos constituída por grupos humanos envolvidos em conflitos das mais diversas naturezas, não possuindo qualquer identidade que permita que dela se fale como de um todo orgânico, embora alguns dos conflitos que se desenvolvem em seu seio avantejem-se em relação aos demais e assumam dimensões de uma polarização em nível mundial: são os casos específicos dos conflitos Norte-Sul e Leste-Oeste, o primeiro dividindo a população mundial através de uma dicotomia opulência/miséria e o segundo concentrando em poucas mãos a decisão de desencadear o holocausto nuclear que porá fim a toda a civilização humana.

Cumprir, porém, não perder de vista a verdadeira natureza desses dois grandes conflitos: trata-se de lutas (nas quais a violência aparece de forma implícita ou explícita) de países contra países, de povos contra povos, de etnias contra etnias, de culturas contra culturas, e não de classes contra classes.

Ainda é verdade — como sempre o fora — que, mesmo

após o mundo ter sido varrido pela Revolução Industrial, um trabalhador americano, árabe ou chinês é, respectivamente, muito mais americano, árabe ou chinês do que trabalhador, da mesma forma que a política externa da União Soviética é russa e não marxista-leninista.

O fato é que, no teatro das relações internacionais, os atores principais ainda são os países, os povos e as etnias (com as diferentes interpenetrações possíveis entre essas categorias): a História ainda não assistiu — e quiçá jamais o faça — ao primado das classes sobre eles, no que diz respeito à balança internacional de poder.

A despeito do que foi dito, há, contudo, uma generalização que pode ser feita sobre a História: ela se inicia quando a luta do homem contra as forças naturais se torna menos importante do que a luta do homem contra o homem. Esta última, que pode assumir uma infinidade de formas, é a essência do fluxo histórico. A História é, de fato, um processo dialético, embora sua dialética esteja longe de poder ser reduzida a modelos que priorizem qualquer das for-

mas que o conflito do homem contra o homem pode assumir.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1979.
- ... República Imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra. Trad. Edilson Alkmin Cunha. Rio de Janeiro, Zahar 1975.
- BARTHOLO, Jr., Roberto S.; MONTEIRO, Marcelo Afonso; SOUZA, Hamilton Moss de (orgs.). *Que Crise é Esta? nº 2* São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1985.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas*: de Maquiavel a nossos dias. Trad. Lydia Cristina. Rio de Janeiro, Agir, 3ª ed., 1980.
- ELLUL, Jacques. *A Técnica e o Desafio do Século*. Trad. pref. Roland Corbier. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- FREYER, Hans. *Teoria da Época Medieval*. Trad. F. Guimarães. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- HACKETT, John, General Sir. *A Terceira Guerra Mundial*. Trad. Heliodora Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980. 2v.
- MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Trad. pref. e notas de Lívio Xavier. São Paulo, Atena; 4ª ed., 1955.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis. Vozes, 4ª ed., 1983.
- ... *O Processo Civilizatório*. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.
- TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe-Terra: uma histórica narrativa do mundo*. Trad. Helena Maria Camacho Martins Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro, Zahar, 2ª ed. 1982.



MARCELO AFFONSO MONTEIRO, 25 anos, é graduado em Engenharia Metalúrgica (UFRJ) e Mestre em Engenharia de Produção (COPEE/UFRJ). O presente artigo foi retirado de sua tese de mestrado — Ciência e Tecnologia no Marco Histórico das Relações Internacionais —, defendida e aprovada em 20 de outubro de 1986.